

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE CONTRATO Nº PE/FMS/001.3/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0701001/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.001/2022

TERMO DE CONTRATO Nº PE/FMS/001.3/2022

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA W SEREJO E MUNIZ LTDA.

O Município de Poção de Pedras, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento básico/Fundo Municipal de Saúde**, com sede na rua Alto Brilhante, s/n, Bairro Alto Brilhante, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 11.869.862/0001-71, neste ato representado pela Sra. **Iolete Soares de Arruda, Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico**, nomeado pela Portaria nº 003/2021, de 04/01/2021, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **W SEREJO E MUNIZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 19.043.776/0001-17, com sede na **Rua Princesa Margarida, QD. 44, nº 01, Vila Kiola II**, CEP: 65.110-000, no Município de **São José de Ribamar/MA**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **Wesley Serejo Moreno**, portador do CPF nº 003.567.843-71, tendo em vista o que consta no Processo nº 0701001/2022, e o resultado final do Pregão nº 001/2022, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O contrato tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos para atender a **FARMÁCIA BÁSICA, de forma parcelada**, através do Fundo Municipal de Saúde de Poção de Pedras (MA), conforme e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão nº 001/2022 com seus Anexos, e a Proposta vencedora.

1.2. Discriminação do objeto

|   |
|---|
| EMPRESA: <b>W SEREJO E MUNIZ LTDA</b>   |
| CNPJ: <b>19.043.776/0001-17</b>   |
| ENDEREÇO: <b>Rua Princesa Margarida, QD. 44, nº 01, Vila Kiola II, CEP: 65.110-000, no Município de São José de Ribamar/MA.</b> |
| E-MAIL: <b>wserejomoreno@hotmail.com</b>  |

| ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD.  | UND.   | V. UNIT. R\$ | V. TOTAL R\$ |
|------|---|-------|--------|--------------|--------------|
| 6    | AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO DE 100ML        | 4.800 | FRASCO | 2,02         | 9.696,00     |
| 22   | DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/ML SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 120 ML               | 2.160 | FRASCO | 1,58         | 3.412,80     |
| 23   | DICLOFENACO, SAL POTÁSSICO, 15 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML. | 1.200 | FRASCO | 3,48         | 4.176,00     |

RUA ALTO BRILHANTE, S/N, CENTRO – POÇÃO DE PEDRAS/MA – CEP. 65.740-000  
CNPJ: 11.869.862/0001-71  
[www.pocaodepedras.ma.gov.br](http://www.pocaodepedras.ma.gov.br)

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

|                             |   |        |             |      |                  |
|-----------------------------|---|--------|-------------|------|------------------|
| 26                          | DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), FRASCO 10 ML.                             | 3.600  | FRASCO      | 1,05 | 3.780,00         |
| 29                          | FLUCONAZOL 150 MG   | 12.000 | CÁPSULA     | 0,42 | 5.040,00         |
| 32                          | HIDROXIDO DE ALUMINIO, 60MG SOLUCAO ORAL FRASCO COM 100ML                                   | 3.000  | FRASCO      | 1,98 | 5.940,00         |
| 33                          | IBUPROFENO 50MG/ML  | 3.000  | FRASCO      | 1,44 | 4.320,00         |
| 37                          | MEBENDAZOL, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 30 ML  | 1.560  | FRASCO      | 1,49 | 2.324,40         |
| 38                          | METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG   | 86.400 | COMPRI MIDO | 0,09 | 7.776,00         |
| 40                          | METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG  | 1.800  | COMPRI MIDO | 0,10 | 180,00           |
| 41                          | METRONIDAZOL 250 MG   | 12.000 | COMPRI MIDO | 0,11 | 1.320,00         |
| 42                          | MICONAZOL NITRATO, 20 MG/G, CREME, BISNAGA 28/G   | 1.800  | BISNAGA     | 2,17 | 3.906,00         |
| 43                          | NAPROXENO 550MG   | 1.440  | COMPRI MIDO | 1,17 | 1.684,80         |
| 46                          | NISTATINA, 25.000 UI/G CREME VAGINAL, BISNAGA 40 G.   | 2.400  | BISNAGA     | 3,59 | 8.616,00         |
| 47                          | OMEPRAZOL 40MG  | 2.400  | COMPRI MIDO | 0,25 | 600,00           |
| 50                          | POLIVITAMÍNICO + POLIMINERAL, COMPRIMIDO.   | 3.600  | COMPRI MIDO | 0,06 | 216,00           |
| 51                          | POLIVITAMÍNICO. (VITAMINAS A, C, D, E, E DO COMPLEXO B) SOLUÇÃO ORAL, GOTAS). FRASCO 20 ML. | 3.600  | FRASCO      | 1,53 | 5.508,00         |
| 52                          | PREDNISONA 20MG   | 28.800 | COMPRI MIDO | 0,19 | 5.472,00         |
| 55                          | SINVASTATINA 20MG   | 43.200 | COMPRI MIDO | 0,08 | 3.456,00         |
| 56                          | SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400 MG + 80 MG                                    | 12.000 | COMPRI MIDO | 0,17 | 2.040,00         |
| 58                          | SULFATO FERROSO, 10 MG/ML DE FERRO ELEMENTAR, XAROPE, FRASCO 100 ML                         | 2.400  | FRASCO      | 1,92 | 4.608,00         |
| <b>TOTAL GERAL ESTIMADO</b> |   |        |             |      | <b>84.072,00</b> |

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato, terá início na data de sua assinatura e encerramento em 31/12/2022, prorrogável nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1. O valor do contrato é de R\$ 84.072,00 (oitenta e quatro mil e setenta e dois reais).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício de 2022, na dotação abaixo discriminada:

**Órgão/Unidade: 0502 – Fundo Municipal de Saúde**  
**Função: 10 - Saúde**

RUA ALTO BRILHANTE, S/N, CENTRO – POÇÃO DE PEDRAS/MA – CEP. 65.740-000  
CNPJ: 11.869.862/0001-71  
[www.pocaodepedras.ma.gov.br](http://www.pocaodepedras.ma.gov.br)

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Subfunção: 301 – Atenção Básica**  
**Programa: 0203 – Programa Assistência Farmacêutica**  
**Atividade: 2.029 – Manut. do Programa de Assistência - FARMÁCIA BÁSICA**  
**Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo**  
**Fonte de Recurso: 1600000000 – Transferência SUS bloco de Manutenção**

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência e no Edital.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

**8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

**9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização da execução do objeto presente Contrato será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A CONTRATADA obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela  
RUA ALTO BRILHANTE, S/N, CENTRO – POÇÃO DE PEDRAS/MA – CEP. 65.740-000  
CNPJ: 11.869.862/0001-71  
[www.pocaodepedras.ma.gov.br](http://www.pocaodepedras.ma.gov.br)

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE PEDRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de garantia;

**10.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**10.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

**10.1.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**10.1.5.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**10.1.8.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.9.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

**11.1.1.** Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;

**11.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**11.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**11.1.4.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**11.1.5.** A Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

RUA ALTO BRILHANTE, S/N, CENTRO – POÇO DE PEDRAS/MA – CEP. 65.740-000  
CNPJ: 11.869.862/0001-71  
[www.pocaodepedras.ma.gov.br](http://www.pocaodepedras.ma.gov.br)

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 12.1.1.** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 12.1.2.** não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 12.1.3.** apresentar documentação falsa;
- 12.1.4.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 12.1.5.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.6.** não mantiver a proposta;
- 12.1.7.** cometer fraude fiscal;
- 12.1.8.** comportar-se de modo inidôneo
- 12.2.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 12.3.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.4.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções
- 12.4.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 12.4.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 12.4.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.4.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública municipal, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública municipal nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE PEDRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal de Poço de Pedras poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**12.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**12.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS.

**12.12.1.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**13.2.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato prejuízo não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da administração à continuidade do contrato.

**13.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**13.4.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.5.** O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos conforme o caso:

**13.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.5.3.** Indenizações e multas.

**14. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES**

**15.1.** É vedado à CONTRATADA:

RUA ALTO BRILHANTE, S/N, CENTRO – POÇO DE PEDRAS/MA – CEP. 65.740-000  
CNPJ: 11.869.862/0001-71  
[www.pocaodepedras.ma.gov.br](http://www.pocaodepedras.ma.gov.br)

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto 10.024/2019 de 10.09.2019; da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e 147, de 2014 e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

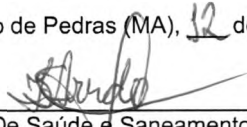
17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

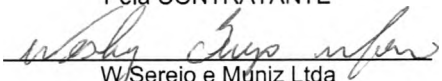
**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Poção de Pedras (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.


E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

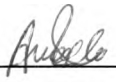
Município de Poção de Pedras (MA), 12 de abril de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Sec. Mun. De Saúde e Saneamento Básico  
Fundo Mun. De Saúde  
Iolete Soares de Arruda  
Portaria nº 003/2022 - GPM  
Pela CONTRATANTE

  
\_\_\_\_\_  
W/Serejo e Muniz Ltda  
CNPJ nº 19.043.776/0001-17  
Wesley Serejo Moreno  
CPF nº 003.567.843-71  
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº: 039.540.103-80

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº: 042.458.033-04

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**